

COMISSÃO DA VERDADE

**AUDIENCIA PUBLICA PARA ABORDAR OS CASOS DE LUIZ
CARLOS ALMEIDA E NELSON DE SOUZA KOHL, DESAPARECIDOS
POLITICOS.**

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT

29/08/2013

COMISSÃO DA VERDADE**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****29/08/2013**

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, sexagésima oitava audiência pública, 29 de agosto de 2013, Auditório Paulo Kobayashi. Está instalada a sexagésima oitava audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 29 de agosto de 2013, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Auditório Paulo Kobayashi para a oitava de depoimentos sobre os casos Nelson de Souza Kohl e Luiz Carlos de Almeida.

Esclarecemos que a Comissão da Verdade pretende realizar todas as audiências abertas ao público. Os nossos convidados, com a presença do Deputado Ulysses Tassinari e Adriano Diogo e o convidado especial Secretário de Ciência e Tecnologia Eliseu Gabriel passamos à formação da Mesa.

A Mesa será composta por Ângela Mendes de Almeida e Ceici Kameyama. Inicialmente nós vamos passar um trecho do filme "Diário de Uma Busca" de Flávia Castro. Depois passaremos à leitura dos memoriais e de uma mensagem enviada por Elaine Beraldo, esposa de Nelson Kohl. Eu queria, vamos passar um trecho do filme "Diário de uma Busca" de Flávia Castro.

Apresentação do filme.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Vivian.

A SRA. VIVIAN MENDES – Eu vou ler o memorial do Luiz Carlos de Almeida e depois o Koba vai ler o memorial do Nelson Kohl e também, e aí a gente lê a mensagem da Elaine Beraldo, está bem? Eu vou começar pelo, sou Vivian Mendes, Assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, Rubens Paiva.

Luiz Carlos Almeida desaparecido em 14 de setembro de 1973. Local e data de nascimento desconhecida, era militante do POC. Filho de Euclides Ferreira de Almeida e Erotildes Matos de Almeida, desaparecido em 14 de setembro de 1973 no Chile. Militante do Partido Operário Comunista, POC. Formado em Física pela USP, era professor de Física Experimental na mesma universidade. Era solteiro.

Segundo documento de 1971 encontrado no arquivo do DOPS São Paulo, Luiz Carlos tinha 25 anos, mas não há a data de seu nascimento. De acordo com documento do Serviço de Informações do DOPS São Paulo, de 22 de abril de 1975, em 1970 participou de uma série de reuniões realizadas por integrantes da cúpula do POC na Região de São Roque, São Paulo. Ele pertencia à célula do ABC desta organização.

Em fevereiro de 1970 desligou-se do POC visando colaborar na reconstrução da POLOP sob a sigla OCMLPO. Continuou fazendo trabalho político na mesma região. Era conhecido pelos codinomes Sérgio, Tavares, Álvaro e Moraes. Documento da Divisão de Ordem Social datado de 27 de setembro de 1976 informa que “em 15 de fevereiro de 1974 foi julgado e absolvido nos autos do processo 135/71 pela segunda auditoria na segunda CJN”.

Foi preso em 14 de setembro de 1973 em sua casa no bairro de Barrancas, Santiago, no Chile. Após ser torturado no Estádio Nacional foi levado a uma ponte sobre o Rio Mapocho onde foi fuzilado.

O caso de Luiz Carlos de Almeida foi denunciado por outro brasileiro sequestrado com ele e que tem o nome muito parecido com o seu, Luiz Carlos Almeida Vieira que levou três tiros, mas conseguiu escapar com vida e hoje mora na Suécia.

Mediante informações de Vieira e investigações realizadas pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e pela Comissão de Representação Externa Sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal foi possível incluir o caso de Luiz Carlos na lista de investigados pela Corporação

Nacional de Reparação e Conciliação, organismo oficial encarregado das questões relacionadas aos mortos e desaparecidos da ditadura no Chile.

Luiz Carlos respondeu alguns processos e com mandato de prisão preventiva exilou-se no Chile. Em carta de 03 de setembro de 1993 à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, sobre os desaparecidos, Luiz Carlos de Almeida Vieira narrou os últimos momentos de Luiz Carlos de Almeida no Chile.

Afirmou que o conheceu em setembro de 1973, alguns dias antes do Golpe contra o Presidente Allende quando chegou ao Chile. Estava morando com Luiz Carlos quando ocorreu o Golpe.

Em 13 de setembro sua casa foi invadida por carabineiros que os prenderam. Luiz Carlos de Almeida era professor universitário de Física no Chile. Após a sua prisão, ambos foram levados a uma delegacia. Depois foram transferidos para o Estádio Nacional onde sofreram torturas.

Posteriormente os dois jovens brasileiros e mais um uruguaio, que também se encontrava preso, foram transportados em um veículo militar até às margens do Rio Mapocho. O uruguaio foi imediatamente metralhado ao tentar entrar no rio e o mesmo aconteceu a Luiz Carlos de Almeida. Vieira perdeu a consciência ao ser baleado e foi levado pelas águas do rio conseguindo se salvar.

De acordo com o Informe Rettig, entre 12 e 13 de setembro de 1973, começaram a utilizar o Estádio Nacional, que foi o maior Centro de Detenção desta região, chegando a ter cerca de sete mil detidos em 22 de setembro.

Segundo a Cruz Vermelha Internacional, a mesma fonte estima que entre 200 e 300 presos eram estrangeiros de diversas nacionalidades. O lugar foi comandado por um Oficial do Exército e para lá foram levadas pessoas provenientes de todos os lugares de Santiago, detidas em circunstâncias e características diversas.

O Informe Retting conclui que foi possível formar convicção de que houve execuções no Estádio Nacional como também de que vários presos foram tirados dali para serem assassinados. Segundo levantamento da Jornalista Pascale Miralles pelo menos 46 presos tiveram este destino.

Outro recinto esportivo foi utilizado como prisão, o Estádio Chile. O Informe Rettig publicado em oito de fevereiro de 1991 é o documento conclusivo da investigação sobre os desaparecimentos políticos no Chile, organizado pelo Senador do Partido Radical Raul Rettig, e apresenta o resultado dos trabalhos de investigação feitos pela Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação.

Esta Comissão foi criada em abril de 1990 com o objetivo de esclarecer a verdade sobre as mais graves violações dos direitos humanos cometidas entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990 no país ou no estrangeiro, relacionadas com o Estado Chileno.

Ao fim de nove meses, na data citada, a Comissão entregou ao Ex-Presidente Patricio Ayzén o Informe, no qual foram consideradas 2.296 das 3.550 denúncias recebidas. Em 1993 a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos procurou a família de Luiz Carlos Almeida que preferiu não fazer nenhuma demanda a respeito de sua morte.

Em nota à Imprensa em 11 de janeiro de 1994, o então Deputado Federal Nilmário Miranda da Comissão de Representação Externa dos Desaparecidos Políticos na Câmara Federal, tornou público o comunicado do Cônsul Geral do Brasil no Chile, Carlos Alfredo Pinto da Silva, no qual declarou que “os cidadãos brasileiros Jane Vanini e Luiz Carlos de Almeida foram vítimas de violação de seus direitos humanos naquele país, reconhecendo a participação de agentes do Estado Chileno nestes fatos”.

Em 24 de março de 2004, a Revista Isto É publicou reportagem de Amaury Ribeiro Junior, baseada em documento encontrado nos pertences do General Antônio Bandeira, que comandou as Forças Armadas até o fim da segunda campanha contra a Guerrilha do Araguaia, no qual foi revelado o conteúdo de uma reunião entre os Generais Ernesto e Orlando Geisel e o então Presidente da República General Emílio Médici, na qual Bandeira também participou.

Na reunião ocorrida em maio de 1973 discutiu-se as diretrizes da repressão política “a utilização de todos os meios para eliminar sem deixar vestígios as guerrilhas rurais e urbanas de qualquer jeito, a qualquer preço”.

De acordo com o depoimento cedido à Isto É por um General que atuou na área de informações e era ligado ao Presidente Geisel “em 1973 concluimos que, ou o agente matava todo mundo ou estas guerrilhas nunca mais teriam fim”. De acordo com a reportagem “surgiram dois grupos ultrassecretos, um do CIE de Brasília e outro do DOI-CODI de São Paulo formados por menos de 10 pessoas. Estavam autorizados a assassinar e sumir com os corpos e foram responsáveis pelo desaparecimento de cerca de 80 presos políticos entre 1973 e 1975.

O CIE encarregou-se da repressão à Guerrilha do Araguaia e dos militantes perseguidos pelos órgãos de repressão política do Cone Sul. O ex-Sargento do DOI-CODI de São Paulo, Marival Chaves do Canto Dias, em entrevista na matéria "Os Matadores" na mesma edição da Revista, divulgou os nomes de alguns dos envolvidos no extermínio. Os responsáveis pelas ações do CIE foram os Coronéis Paulo Malhães, Dr. Pablo, e José Brant Teixeira, Dr. César.

Malhães era ligado à Direção de Inteligência Nacional, DIN, à Polícia Política Chilena e ganhou o codinome Pablo, quando participou dos interrogatórios no Estádio Nacional de Santiago após o Golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile. Os dados aqui apresentados foram extraídos do livro "Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964 a 1985)", do IVE da Imprensa Oficial, livro de 2009.

O SR. RICARDO KOBAYASHI – Bom dia a todos e todas, meu nome é Ricardo Kobayashi e vou passar agora à leitura do Memorial de Nelson de Souza Kohl.

Nelson de Souza Kohl, nasceu em 25 de janeiro de 1940 em Marília, São Paulo. Filho de Francisco Kohl e Rita de Souza Kohl, desaparecido em 15 de setembro de 1973 no Chile. Militante do Partido Operário Comunista, POC. Fez seus primeiros estudos no Colégio Canadá, em Santos, em 1966 inicia-se seu interesse pela política ao tomar contato com a luta dos estivadores no Porto de Santos e dos metalúrgicos da COSIPA em Cubatão, São Paulo.

Mudou-se para São Paulo e entrou na Escola de Comunicação e Artes da USP onde cursou até o segundo ano. Teve ativa participação nas manifestações estudantis no período tanto na universidade como nas passeatas de rua.

Em razão de sua militância no Partido Operário Comunista passou a ser perseguido pelos órgãos da repressão política. Apesar de sua atuação clandestina sempre visitava os pais nos fins de semana. Em 9 de abril de 1979, João Luiz Kohl Moreira, seu sobrinho, escreveu um testemunho sobre Nelson.

“Somente em 1971 pude conhecer mais de perto a sua vida particular, foi quando mudei para São Paulo e fui residir em seu apartamento em Pinheiros, bairro da Cidade de São Paulo. Aí travei a primeira conversa séria com ele e me surpreendi com o seu aspecto sério. Foi quando ele me alertou para os problemas que eu poderia vir a ter morando e convivendo com ele, de sua militância, dos perigos da repressão, da instabilidade da vida que levava.

Pude compreender bem o que ele queria dizer. Desde este dia começamos a conversar cada vez mais sobre os problemas da realidade, fazendo leituras em conjunto e discutindo questões do Movimento Estudantil. Foi aí que eu conheci a verdadeira admiração e magnetismo que tinha por ele, foi aí que conheci o Nelson maravilhoso, responsável e sério, mas nem por isso deixava de ser divertido. Também era admirável o seu poder de persuasão.

A vida conjugal de meu tio era a mais normal possível. Percebi que eles conversavam bastante, mas certamente o casamento era impregnado de uma fervorosa paixão, ele sabia cativar o amor de Elaine com o comportamento que poderíamos descrever como alegre, brejeiro, voluntarioso e adoravelmente sério nas suas devidas horas. Nelson sempre cativou as pessoas.

Em um domingo de abril de 1971 cheguei de Santos e encontrei o apartamento vazio. Logo depois, chega Nelson com uma cara séria e angustiada, contou que o Partido caíra. Duas semanas após, a família foi visitada pela última vez. Sem dizer nada, deixou transparecer uma despedida. Despedida que só foi percebida por alguns. Em todos os momentos que me lembrei dele até hoje sempre me deu vontade de mandar um recado, é isso mesmo tio! Essa foi a opção mais acertada”.

Sem alternativas, Nelson exilou-se na Argentina onde ficou até novembro de 1972 indo, posteriormente, viver em Santiago, no Chile, onde trabalhou como tradutor no Instituto de Estudos Econômicos e Sociais.

Nessa mesma época foi julgado à revelia pela primeira auditoria do Exército em São Paulo, quando foi condenado a dois anos de prisão.

Dados sobre seu desaparecimento. O desaparecimento de Nelson deu-se após o seu sequestro feito por 70 soldados da Força Aérea Chilena em 15 de setembro de 1973. A família de Nelson, ao tentar apurar o seu desaparecimento, chegou a três versões. Na primeira, teria sido preso pela Polícia Chilena e entregue a militares brasileiros que agiram no Chile durante o Golpe que depôs o Presidente Salvador Allende. Mais tarde, teria sido confinado na ilha de Fernando de Noronha. A segunda informa que foi preso e levado para a Base Aérea de San Bernardo em Paradero 32, na Gran Avenida em Santiago, Chile. E a terceira, a que a família julga ser a mais provável, que teria sido metralhado pelo próprio Comando que o prendeu. Na época, sua prisão foi denunciada pelo Comitê Nacional de Ajuda aos Refugiados da ONU, à Cruz Vermelha Internacional e à Cruz Vermelha Argentina.

A Comissão de Representação Externa Sobre os Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, buscando esclarecer os casos dos mortos e desaparecidos políticos brasileiros no Chile, viajou até aquele país, na década de 1990, onde encontrou o seu atestado de óbito. De acordo com este documento, ele teria sido morto em confronto com a Polícia, dois dias depois de sua prisão.

Este atestado foi assinado pelo médico Alfredo Vargas, Diretor do Instituto Médico Legal de Santiago, o mesmo que atestou a morte de dezenas de pessoas após o Golpe de Estado de 1973, entre eles a do Presidente Allende.

A SRA. VIVIAN MENDES – Eu vou ler a mensagem de Elaine Beraldo, esposa de Nelson de Souza Kohl. "Em minha mensagem endereçada à Comissão Nacional da Verdade em novembro do ano passado estão as perguntas que me fazem questionar esse período repressivo da nossa história.

Assim que as retomo, acrescentando dados pessoais sobre a nossa partida do Brasil, em agosto de 1971, e a prisão e desaparecimento de Nelson, em setembro de 1973, e posterior recuperação de seu atestado de óbito no Chile, Certificado de Defunción, em 1993 pela Comissão Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos.

A pergunta fundamental é, penso eu, porque tantas pessoas, em particular esses universitários, foram perseguidos selvagemmente? Além desta, tantas outras seguem. Quais eram os seus crimes? Que perigos representavam? Quem beneficiou de suas mortes ou desaparecimentos? Eliminar boa parte da elite intelectual do país deixando o terror paralisar por muito tempo os que sobreviveram foi o resultado imediato da repressão que caracterizou esse período negro de nossa história.

Porém, graças ao trabalho e a coragem de outros tantos, os diferentes coletivos e associações em defesa dos direitos humanos estão permitindo que pouco a pouco a verdade triunfe e que a justiça histórica se faça.

Esposa que fui de Nelson de Souza Kohl, obrigados a partir para evitar a prisão em 1971, deixando para trás projetos políticos estreitamente ligados aos projetos pessoais, viver o exílio e o desaparecimento de Nelson, preso por militares chilenos, num quadro de total desrespeito às regras democráticas e aos direitos humanos, foram experiências de vida extremamente traumatizantes.

A confirmação de sua morte, em 1993, reabriu as feridas mal cicatrizadas e o desejo de saber enfim a verdade, sobre as causas e sobre os responsáveis desses traumatismos.

Individualmente essa tarefa é impossível, porém as Comissões da Verdade Nacional e de São Paulo permitem que a esperança renasça de que justiça será feita. Meu muito obrigada a todos vocês. Elaine Beraldo, Orsay, França, 28 de agosto de 2013".

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Eliseu você conviveu com eles? Conviveu com eles?

O SR. ELISEU GABRIEL - (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – É da sua turma? Você entrou em 69? Você entrou em que ano?

O SR. ELISEU GABRIEL – Em 1965.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Ah! Sessenta e cinco. Está bom. Vamos começar? Ângela Mendes de Almeida. Eliseu, quer falar um pouco? Não? Ângela Mendes de Almeida.

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Em primeiro lugar, sobre o Luiz Carlos de Almeida eu sinto muito que a pessoa que tinha se comprometido a vir aqui não tenha vindo, porque eu acho que essa Comissão é para esclarecer a verdade, mas é também para lembrar a memória dessas pessoas que foram assassinadas pelas forças repressivas tanto daqui como de lá, não é? E era importante.

Eu lamento, apesar de que o Luiz Carlos de Almeida foi um militante do POC, provavelmente no período que eu também fui, eu nunca o conheci e mesmo no Chile nunca o conheci, então eu não posso falar nada dele e eu lamento que não haja alguém para contar alguma coisa da vida dele, não é?

Bom, o Nelson Kohl eu conhecia bastante bem porque ele era amigo, provavelmente de adolescência, do Luiz Eduardo da Rocha Merlino. Ele, apesar de que ele, eu fiquei sabendo há pouco tempo que ele nasceu em Marília, mas na verdade ele era de Santos e inclusive eu o conhecia bem porque houve um tempo antes de eu e o Merlino morarmos na mesma casa, não é? Num aparelho como se dizia antes, ele morava com o Nelson e com um outro rapaz chamado Ayres, também de Santos, que não tinha nenhuma atividade política mas que foi a pessoa lá em Paris que me deu a notícia da morte do Merlino, não é?

Moravam os três na Rua Leôncio de Carvalho, perto da Alameda Santos, e claro, eu frequentava frequentemente este apartamento, muitas vezes estive aí com o Nelson, não é?

Eu me lembro também, antes de sair do Brasil, do casamento, da festa de casamento da Elaine e do Nelson que eu me lembro que foi uma festa muito simpática porque foi uma festa de casamento simples, entre poucos amigos, não é? Feita sem nenhum daqueles rapapés que costumam ser as festas de casamento, e eu fiquei com a impressão extremamente simpática numa ocasião em que eu já estava em uma clandestinidade bastante grande aqui no Brasil. Eu tinha poucas oportunidades de atividades deste tipo, atividades mais sociais, não é? Então ele era um grande amigo do Merlino e por isso eu pude ir a essa festa de casamento, não é?

Bom, depois me lembro do Nelson e da Elaine na Argentina. Quando eles saíram do Brasil por conta deles eles, eles foram para a Argentina, eles não tinham ainda contato conosco porque quando o Merlino morreu eu ainda fiquei alguns (inaudível) na França e depois eu fui para o Chile e mais tarde, eu não me lembro exatamente em que época, mas era verão. Entre verão de 71 a 72. Me lembro pelas roupas que nós usávamos, eu consegui contatá-lo não me lembro exatamente como, e eles tinham alugado um pequeno apartamento mobiliado que era um cômodo grande, assim comprido, dividido entre um lugar onde tinha uma cama e um lugar onde tinha uns armários.

E eu me lembro que através deles foi a primeira vez que eu encontrei a Dona Iracema Merlino e a tia, velhinha também, mas muito viva. A tia do Merlino, a tia Veridiana que era companheira inseparável da Iracema, e então eu me lembro que eles cederam a cama deles de casal para elas duas e foi aí que eu tive esse encontro porque depois eu nunca mais pude vê-la, ver a Dona Iracema e nem a Tia Veridiana, a não ser quando eu voltei ao Brasil. Eu fiquei muito tempo sem vê-las, tive este contato em que ela me contou todos aqueles dados sobre a prisão do Merlino em Santos, não é? E foi o momento do nosso luto. E isso foi proporcionado pela Elaine e pelo Nelson.

Bom, a partir deste contato que nós tivemos com eles, nós tínhamos recriado o POC sob o nome de POC Combate, não é? E tínhamos uma adesão à Quarta Internacional e os nossos militantes na Argentina estavam militando neste momento nas células do PRT e nós consideramos que, e propusemos que era melhor, em vez de eles ficarem na Argentina, ir para o Chile onde havia uma quantidade muito grande de exilados.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Desculpe interromper, tem outro microfone, por favor? Um minutinho.

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Alô. Bom onde havia uma grande quantidade de militantes de várias organizações brasileiras que tinham fugido para o Chile e nós achamos que seria uma convivência mais interessante para eles, uma vida inclusive mais legal, legalizada que a vida que os militantes na Argentina levavam que era bastante clandestinos os brasileiros, não é?

E eles foram para o Chile.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Me desculpa, só esclarece um pouco, o pessoal trotskista Argentino estava ligado ao ERP, não é? Ao

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – O ERP do Santucho.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Faz só um parêntese que é importante para a gente isso.

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – O quê?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Faz um pequeno, só uma, se você puder.

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Não.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Nós estamos falando de pessoas e aí mistura com organizações, mas só faz esse esclarecimento.

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – O PRT ERP tinha, ele surgiu de uma organização que vinha de Tucumã e que eu não guardei aqui, não me preparei para este, um nome ligado à questão indígena em Tucumã e aos trabalhadores rurais que era liderada pelo Santucho e uma organização, enfim, mais urbana liderada pelo Moreno.

Bom e eles fundiram, formaram o PRT e o PRT aderiu à Quarta mais ou menos, se não me falha a memória, em 66, mais ou menos nessa época. Não sei se é 63 ou 66, agora as datas estão me confundindo porque eu não me preparei para essa questão.

Bom, posteriormente, por volta de 68, a tendência do Moreno, até aí, por exemplo, a questão da luta armada estava plenamente integrada à atividade do PRT tanto que o Moreno enviou ao Peru um militante muito importante que é o Daniel Pereira para lutar junto à Guerrilha do, esqueci o nome, aquele peruano famoso. Não me lembro, depois eu vou me lembrar do nome dele. Enfim, havia uma espécie de guerrilha camponesa e então, era uma participação que foi justamente proposta pelo Moreno, mas quando chegou, depois da morte do Guevara, aproximadamente, ele mudou de ideia e aí passou a considerar que a luta armada integrada ao partido não valia a pena e cindiu se transformando primeiro no PRT La Verdad e depois assumiu o nome de PST.

Bom, eles também ficaram na Quarta Internacional, mas em uma tendência minoritária ligada ao grupo americano do Socialists Workers Party que também era contra a integração da luta armada na atividade dos militantes da América Latina, não é? E, o PRT permaneceu na Quarta e quando nós nos integramos eles já tinham criado o ERP, Ejército Revolucionario del Pueblo e tinham tanto com os Montoneros faziam ações armadas constantes, não é?

Bom, a nossa integração se deu no marco da Quarta Internacional e os militantes brasileiros estavam ali, de uma certa maneira, para aprender com eles e ao mesmo tempo divulgar as nossas ideias, principalmente as ideias da Quarta Internacional

porque esse próprio grupo do PRT tinha múltiplas influências variadas e alguns militantes mais ligados à Quarta tinham sido assassinados. Um deles naquele Massacre de Trelew.

Bom, foi neste contexto que o Nelson e a Elaine estavam ali e nós achamos que a atividade, aquele momento era um momento da ditadura do Lanusse, não era ainda a ditadura militar da qual se ouviu falar, mas era uma ditadura e que a atividade deles ia colocar um certo perigo que talvez eles não tivessem ainda preparados e por isso nós propusemos que eles fossem para o Chile e eles foram, não é?

Bom, e aí eu não estive todo o tempo no Chile, não é? Eu queria seguir um pouco o roteiro desse pedacinho do trecho do filme "Diário de Uma Busca" da Flávia de Castro, não é? Porque o POC Combate, desse período de 71 até o Golpe do Chile em outubro de 73, tinha núcleos variados, ou seja, uma parte do tempo os militantes estavam na Argentina outra parte do tempo estavam no Chile e eu também, não é? Então eu não acompanhei em detalhe, mas já foi em 72 que eles foram para lá, eu não acompanhei em detalhe as atividades deles, mas a Flávia apresenta eles como simpatizantes, mas eles bem ou mal estavam plenamente integrados nas nossas discussões, na célula que nós tínhamos e nas atividades que nós tínhamos no Chile, não é?

Em geral nós fazíamos reunião nessa casa que vocês viram com esses imensos muros vermelhos, não é? E, mas naquele tempo essa casa não tinha muros, ela não tinha praticamente nem grades, tinha uma pequena gradezinha assim que uma criança, uma coisa de ferro assim que uma criança poderia pular e a casa dava tudo o que se passava na casa, dava diretamente na rua. Era um bairro afastado que era onde morava o Celso Castro, a Célia, mulher dele que aparece aí, a Flávia que era nesse momento uma menina que devia ter, estou chutando, eu não me lembro, ela devia ter cerca de oito anos, e o Joca que tinha menos, devia ter seis anos mais ou menos nessa altura.

E como vocês viram, a presença do Nelson e da Elaine nessa casa com as crianças marcou profundamente inclusive essa cena que eu acho que ninguém melhor que a Flávia descreve, não é? Da prisão dele. Eu nesse momento, como a Célia diz, aliás, eu estou falando Célia, na verdade eu estou falando o nome dela de guerra, é Sandra.

É muito difícil a gente perder esses vícios, ela é Sandra de Castro. Eu peço se ela estiver assistindo que me desculpe, mas enfim, como a Sandra disse, eu morava nesse momento do Golpe, em um apartamento no Centro da Cidade, a uns seis quarteirões em linha reta do Palácio de La Moneda e vocês viram que no filme ela diz assim, era uma segunda-feira, então, só para contar um pouquinho do clima do Golpe, era uma segunda-feira e eu tenho certeza que era uma segunda-feira. Eu me lembro do domingo anterior. Depois eu sempre pensei nisso que eu tinha ido almoçar na casa de uns velhos trotskistas, um casal e estava lá um historiador muito importante, Luis Vitale e outras pessoas.

E quando nós saímos da casa eu tive a sensação de que tudo estava congelado, parado. Ninguém saía de casa, ninguém aparecia, não parecia um domingo, não é? E de manhã, eu fiquei sabendo do Golpe porque as esquadrilhas que metralharam o Palácio de La Moneda passavam assim, na frente da minha janela e despejavam as bombas lá.

Quer dizer, antes disso, aliás, antes disso eu fiquei sabendo porque eu estava ouvindo a comunicação do Allende pelo Rádio que ele dizia e o que ele disse antes de morrer.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – (Inaudível)

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Como?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Que dia?

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Onze de outubro, não é?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você lembra que dia (inaudível)

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Onze de setembro, não é?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Que dia da semana era?

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Pois é, eu me lembro bem que era uma segunda-feira. Porque ela pergunta assim, era uma segunda-feira, não é? Era uma segunda-feira.

Logo depois do Golpe houve, provavelmente, uns dois dias ou dois dias e meio, se eu não me lembro bem, de toque de queda, ou seja, ninguém podia sair de casa nenhuma, não é? Mas ao contrário da nossa militância no Brasil, ali nós tínhamos telefone, pelo menos nesse apartamento que eu estava tinha telefone. Foi por isso que a Sandra foi àquele barzinho como ela conta, esse detalhe do bar, eu não sabia para telefonar para dizer o que tinha acontecido, não é? Que tinham levado o Nelson.

Logo depois que levaram o Nelson, porque logo que abriu o toque de queda, o Celso e eu nos encontramos provavelmente no meu apartamento e foi em seguida, ele devia ter saído há pouco, no mesmo dia que ele chegou ao meu apartamento, entrou no meu apartamento, não é? Onde nesse momento eu morava sozinha, que o Nelson foi preso. E quando elas telefonaram nós dissemos para elas saírem da casa, não é? Para elas pegarem as crianças e saírem da casa e eu não sei se foi exatamente nesse dia, não sei exatamente onde elas passaram a noite ou se foi exatamente nesse dia que elas entraram na Embaixada na Argentina.

A questão das embaixadas é complicada porque elas foram crescendo à medida em que os dias passaram, não é? Quando nós depois fomos entrar na Embaixada da Argentina havia uma fila colossal. Provavelmente quando elas entraram não havia. Depois quando nós, houve esse incidente, esse tiro que nós levamos que passou assim nas nossas cabeças, de muito perto, tiro de fuzil, metralhadora, nós não quisemos, quer dizer, eu não me lembro se nós não quisemos, mas nós fomos contatados pelo Paulo Renato. Paulo Renato o quê? Souza, não é? De Souza que foi do PSDB e que foi de

grande ajuda para todos os militantes. Ele era gaúcho, não é? E o Celso conhecia ele e não sei que discussão houve que nós desistimos de entrar na Embaixada da Argentina e fomos lá para a Embaixada do Panamá, que quando nós entramos tinha 19 pessoas, no dia seguinte tinha 40, no dia seguinte tinha 80, no dia seguinte. E assim chegou no pequeno apartamento que o Marco Aurélio cita, o episódio é complexo porque primeiro era um pequeno apartamento de três quartos no térreo, a Embaixada do Panamá, chegou a ter 320 pessoas, ninguém podia esticar o corpo para dormir, tinha muitas grávidas, muitas pessoas doentes, não é?

E posteriormente a Cruz Vermelha conseguiu que o Teotônio dos Santos tinha uma casa, Teotônio dos Santos tinha uma casa, uma casa que tinha até uma piscina que estava vazia, e ele doou a casa dele para o Estado do Panamá e a Cruz Vermelha conseguiu que nós fôssemos transferidos para esse espaço que era muito maior, essa casa era um palácio em relação àquele pequeno apartamento e esses colchões horrorosos foram a bênção para nós porque pela primeira vez nós conseguimos uma grande parte dormindo na piscina, esvaziada, claro. Conseguimos todos passar uma noite estendida.

Bom, então, a Elaine, a Sandra e as crianças entraram na Embaixada da Argentina e foram para a Argentina, não é? Posteriormente eles se transferiram para a França. No nosso caso foi mais complicado porque nós também ficamos cerca de três meses e tanto antes de ter o salvo-conduto para sair do Panamá, não é? Mas lá no Panamá foi um pouco mais complicado porque nós ficamos isolados no Pacífico que é no lado contrário da Cidade do Panamá, não é?

Enfim, depois de um certo tempo que eu me lembro que durou uns dois meses nós conseguimos, os que estavam lá porque depois chegaram outros que não tinham, outros exilados que não tinham passado pela Embaixada e, se dividiram, foram para diversos países, Canadá, Cuba e Europa, não é? E foi o caso nosso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Ângela, aquela, no filme aparece aquela moça, a Silvia, não é?

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Sandra.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Que tinha uma culpa que ela achava que era o pai dela que tinha denunciado

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Não. Essa...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Como foram denunciados?

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Não, a menina chama-se Silvia. Essa menina era uma menina chilena. O que a Flávia conta é que ela fez uma amiga porque pelo relato dela vocês vão ver que ela uma hora estava na Argentina, outra hora estava no Chile e não tinha uma vida escolar regular, e portanto, uma possibilidade de fazer uma amiga dela. E ela ficou amiga dessa menina e essa menina era filha de um caminhoneiro.

E a própria menina num pedaço anterior do filme diz que achava que era o pai dela que tinha denunciado. Ele morava assim mais adiante, um pouco mais para cima daquela rua, entendeu?

E é isso. Ela conta que apesar da menina, a menina achava, não é? A menina chilena que ela nunca mais viu. Não conseguiu localizá-la, agora quando ela foi ao Chile para fazer o filme não conseguiu localizar. A menina disse para ela que achava que o pai tinha delatado a família, mas apesar disso ela transmitiu um segredo para a menina dizendo que eles iam para a Argentina. (Risos.) É uma, são as lembranças de como estas crianças viveram essa época, não é? Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você ainda tem contato com a Elaine?

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Só tenho contato por carta porque ela nem mora em Paris, ela mora nessas cidades chamadas Orsay e a gente se comunica de vez em quando por carta, por mensagem.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – O Ceici era da Organização, não era? Militava nesse processo?

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – O Ceici era um dirigente da POLOP, da primeira POLOP antes da POLOP se unir com a dissidência do Rio Grande do Sul e formar o POC. Ele continuou sendo um dirigente do POC, só que ele era dessa tendência que rompeu com o POC para reorganizar a POLOP do qual se fala aí na biografia do Luiz Carlos, porque nós tínhamos colocado a necessidade de integrar a luta armada na nossa prática e eles não concordaram, acharam que nós estávamos traindo as tradições da POLOP e romperam conosco. E o Ceici deve ter continuado claramente um dirigente da POLOP até 71 porque a POLOP também caiu nessa época.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Fala um pouco sobre esse racha é importante, pouca gente fala sobre isso. Você pode falar um pouquinho? Ou não pode (inaudível).

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Não estou preparada, essas coisas a gente sempre, mas deixa só falar um pouquinho. Eu não estou preparada porque a gente tem que pesar muito, com muito cuidado as palavras, não é? Mas a grosso modo no momento em que principalmente o pessoal de São Paulo e Rio Grande do Sul propôs sobre certas formas, não é? Que nós integrássemos a luta armada. Inclusive porque já tinha uma célula militar que estava integrada em fazer algumas coisas com outras organizações, no momento que nós propusemos que isso fosse uma coisa integrada pelo conjunto da organização, eles não aceitaram e romperam. E a expressão que eles usaram era essa, de trair as ideias da POLOP.

Não é bem isso porque se você for olhar o Programa Socialista do Brasil que era o programa da POLOP e do POC, você vai ver que tinha possibilidade de evolução como a nossa. E possibilidade de permanência em uma coisa que eu chamaria de uma certa estagnação, não é?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – O Marco Aurélio era da POLOP?

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – O Marco Aurélio era da dissidência do Rio Grande do Sul (inaudível).

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Está bom. Alguém gostaria de complementar, perguntar alguma coisa, tem alguma dúvida? Então está bom. Ângela, então eu queria agradecer sua presença. Nós vamos tentar entrar, a Flávia mora no Rio?

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Mora no Rio.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – “Tá”, nós queremos uma autorização dela para ver se a gente consegue projetar esse filme aqui na Assembleia. Está bom? Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar?

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Não.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Ivan, quer falar? Fala, senta aqui. Fala daqui Ivan.

O SR. IVAN - É um documento que a gente localizou no arquivo do Estado, no ano passado, que é de 1982 da DSI, Divisão de Segurança e Informação da Petrobrás, em que eles pedem informações sobre várias pessoas. Uma delas é de uma pessoa que atende pelo nome de, que é aquele primeiro, Luiz Carlos de Almeida cuja filiação não coincide com o Luiz Carlos de Almeida do POC.

No entanto, desgraçam a vida deste cidadão... não está aqui. É, porque dão um informe dizendo isso, Luiz Carlos de Almeida, sem dados qualificativos de codinome Álvaro Moraes e Tavares em 21/9/71 indiciado no inquérito policial 32/71 na Divisão Ordem Social juntamente com outros elementos de entidade político-subversiva, Organização de Combate Marxista Leninista Política Operária por qualificação indireta. Em 06/12/71 nesta data foram os autos remetidos ao Meritíssimo Juiz Auditor, etc. e tal.

Eles fazem uma qualificação dando informações para a Petrobrás em 82 sobre Luiz Carlos de Almeida, militante que morreu no Chile em 73, desgraçando a vida desse cidadão que estava provavelmente buscando emprego, deve ter feito concurso, alguma coisa assim na Petrobrás. E a pessoa provavelmente perdeu o emprego por ser considerada terrorista, etc. e tal.

Esse é um dos trabalhos que a ditadura fez, não é? Fazer uma qualificação por aproximação, não conferindo nome de pai e mãe que seria coisa básica, e ele, o Luiz Carlos do POC está vivo para eles nesse momento, que é 11 anos depois do fato ocorrido desgraçando a vida de uma pessoa que queria trabalhar na Petrobrás. Era isso o que a gente queria mostrar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Bom, não havendo mais nada a ser tratado, agradeço a presença de todos, Dr. Ulysses Tassinari, Ângela Mendes de Almeida, e vamos continuar com os nossos trabalhos. Que horas retoma hoje? Às 14 horas é o filme do Padre Renzo, não é? E o livro, não é? Sobre o, vai ser aqui, não vai ser mais no Paulo Kobayashi? Está bom, a sessão está encerrada, obrigado.

(Aplausos.)